Quinta-Feira, 21 de Agosto de 2025

Câmara Municipal de Cuiabá Pode Votar Pedido de Cassação de Chico 2000 nesta Terça-Feira

A presidente da Câmara Municipal de Cuiabá, verCâmara Municipal de Cuiabá Pode Votar Pedido de Cassação de Chico 2000 nesta Terça-Feiraeadora Paula Calil (PL), deve levar ao Plenário nesta terça-feira (13) o pedido de cassação do mandato do vereador afastado Francisco Carlos Amorim Silveira, conhecido como Chico 2000 (PL). O parlamentar foi mencionado na Operação Perfídia, uma investigação conduzida pela Delegacia de Combate à Corrupção (Deccor), que apura um suposto esquema de solicitação de propina dentro da Casa Legislativa.

Além de Chico 2000, o vereador Sargento Joelson (PSB) também foi implicado na operação. As investigações revelam que ambos teriam exigido cerca de R$ 250 mil em troca da aprovação de uma proposta enviada pela Prefeitura de Cuiabá, que beneficiaria a empresa HB20 Construções, responsável pelas obras do Contorno Leste.

O pedido de cassação foi protocolado rapidamente após o desdobramento da operação, por Julier Sebastião, advogado e ex-juiz federal, que é uma das lideranças do Partido dos Trabalhadores (PT) na capital. Na representação, Julier argumenta que as alegações contra Chico 2000 resultaram em uma “exposição negativa significativa para a Casa Legislativa” e constituem uma violação ao decoro parlamentar.

“O escândalo de corrupção supostamente envolvendo o ex-presidente da Câmara, vereador Chico 2000, compromete gravemente o decoro parlamentar, tornando imprescindível a cassação de seu mandato para preservar a ética, a transparência e a integridade do Legislativo em Cuiabá”, destaca um trecho da documentação.

Além disso, Julier ressalta a proximidade política de Chico 2000 com o ex-prefeito Emanuel Pinheiro, afirmando que, durante sua presidência na Câmara, o vereador chegou a nomear o então procurador-geral do Município, que foi afastado posteriormente, para chefiar a Procuradoria da Casa, entre outras ações que evidenciariam essa afinidade.

Atualmente, o pedido está sob análise da Procuradoria da Câmara e, após essa etapa, será submetido à votação no Plenário, onde os vereadores decidirão se o caso continuará a tramitar ou será arquivado.